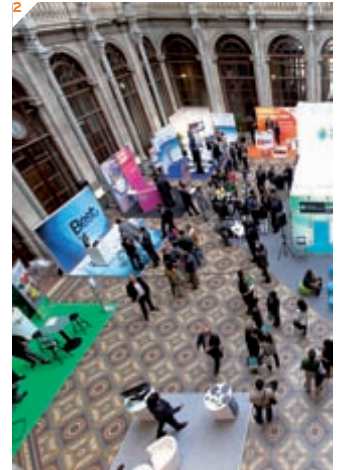




FINANÇAS O SEU DINHEIRO



Associação dos emitentes quer que privatizações passem pela

O director executivo da AEM acredita que esta é uma das formas de contribuir para a revitalização do

Margarida Vaqueiro Lopes
margarida.lopes@gmail.com

A Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados (AEM) acredita que o Governo deve considerar a possibilidade de algumas fases das operações de privatização em curso envolverem a bolsa nacional.

A proposta é feita pela associação, juntamente com outras 19 medidas que pretendem ajudar a dinamizar o mercado de capitais em Portugal. Estas sugestões foram apresentadas no Fórum de Bolsa, no Porto, na última sexta-feira (ver reportagem ao lado).

O director da AEM considera que contemplar a bolsa nacional em algumas fases das privatizações “transmite aos investidores um sinal de confiança no funcionamento de mercado. E a recuperação dessa confiança é absolutamente essencial nesta altu-

ra”, garante Abel Sequeira Ferreira, director executivo da associação. “É para isso que existe o mercado de capitais. [E desta forma] faz-se com que estas empresas estejam sujeitas a processos de elevada transparência e rigor. Estaríamos, portanto, a trazer um acréscimo de transparência e rigor para sectores de actividade que hoje em dia não o têm, pelo menos no mesmo nível que empresas que se encontram no mercado de capitais”.

Além disso, explica o director executivo da AEM, uma admissão parcial em bolsa das empresas a privatizar “faz aumentar o número de empresas presentes no mercado”.

No entanto, Abel Sequeira Ferreira está consciente de que esta é uma medida que poderia penalizar, de alguma forma, o encaixe financeiro que está previsto pelo Estado neste tipo de operações. E garante também

que está ciente das dificuldades que uma operação destas poderia acarretar. “Percebemos perfeitamente que neste momento há um objectivo de maximização de encaixe financeiro com as privatizações. E que se pode tornar difícil – e em alguns casos impossível – que a privatização seja feita com recurso aos mecanismos do mercado de capitais porque a capacidade de atracção de investi-

Abel Sequeira Ferreira, director da AEM, diz uma admissão parcial em bolsa das empresas a privatizar “transmite aos investidores um sinal de confiança”

dores numa operação destas e o tipo de estrutura accionista provavelmente não permitiria um encaixe financeiro como aquele que se pretende”, concluiu Abel Sequeira Ferreira.

A AEM propõe também que se reveja a legislação que regula o mercado de capitais, uma vez que “é fundamental perceber como é que, sem cair em facilitismo, podemos tornar adequada a presença actual das empresas no mercado. Com menos burocracia. Com regulação e legislação que previna problemas e riscos. Regulação que não faça nem uma coisa nem outra é meramente burocracia”, continua.

Das propostas da associação consta ainda uma que avisa que da obrigação de informação a prestar pelas empresas cotadas devem “ser expurgadas situações em que a informação divulgada não tem qualquer utilidade”. Desta forma, acredita a

AEM, trabalha-se para adequar as obrigações de informação aos benefícios delas decorrentes.

A instituição dirigida por Abel Sequeira Ferreira alerta ainda para a necessidade de flexibilizar as exigências associadas à admissão em bolsa de Pequenas e Médias empresas. A AEM propõe que se considere, por exemplo, “a possibilidade de redução da capitalização bolsista mínima”, pode ler-se num documento da AEM a que o Diário Económico teve acesso. No mesmo sentido, a instituição afirma que seria fundamental uma redução dos custos praticados pela bolsa para a admissão e manutenção à cotação de títulos, em especial, “de empresas de dimensão pequena e intermédia e de grandes PME”. E nota que esta era uma solução que poderia ser levada a cabo através da concessão de uma isenção temporária de comissões.

A AEM propõe, por outro lado, que sejam criados incenti-



20

Foram 20 as propostas que a AEM apresentou durante o II Fórum de Bolsa que aconteceu no Porto.



1 Luís Laginha de Sousa, presidente da Euronext; 2 O Fórum de Bolsa no Palácio da Bolsa; 3 Laginha de Sousa com o secretário de Estado, Carlos Oliveira; 4 Um dos debates do Fórum; 5 João Moreira Rato, presidente do IGCP, também esteve presente.



Questões de fiscalidade tomaram conta do debate nos dois dias do Fórum de Bolsa

Carlos Costa colocou na agenda a questão da alteração fiscal em favor dos capitais próprios.

António Freitas de Sousa
antonio.sousa@economico.pt

A edição deste ano do Fórum de Bolsa – a segunda realizada pela Euronext Lisbon no Palácio da Bolsa do Porto – prometia ser, tal como sucedera no ano passado, um ponto de encontro entre todos os agentes ligados ao sistema do mercado de capitais, mas desde o primeiro momento deixou para trás essa pretensão simples e guinou numa direcção mais complexa: o fisco.

Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal – a personalidade convidada para abrir os três dias de reflexão – deu o mote: ao invés de produzir um discurso arrumado e tendencialmente pedagógico sobre as funções do mercado de capitais enquanto elemento essencial da economia, preferiu lançar um desafio ao Governo e mais particularmente ao ministro das Finanças, Vítor Gaspar.

Para Carlos Costa, está na altura de o edifício da fiscalidade deixar cair os mecanismos que transformaram os investimentos empresariais com recurso ao financiamento bancário numa boa opção e dirigir esses mesmos mecanismos para os investimentos com recurso aos capitais próprios.

Muitos empresários em nome individual e vários dirigentes de associações patronais tinham já antes feito exigências nesse sentido, mas o Ministério das Finanças manteve-se até agora indiferente a apelos, conselhos, pedidos e outras manifestações. Mas desta vez pode ser que tenha que alterar a postura: o Governador do Banco de Portugal não é alguém a quem o executivo possa manter-se indiferente. Carlos Costa sabe disso e sabe qual é o peso da assumpção pública da defesa desta alteração fiscal: em cinco minutos, colocou o tema na agenda política.

O presidente da Euronext Lisbon, Luís Laginha de Sousa, mostrou-se favorável à alteração – até porque, a suceder, esse será mais um instrumento de reanimação das emissões de papel para o mercado regulado, emissões essas que não acontecem propriamente todos os dias. Depois dele, a generalidade dos agentes presentes nos trabalhos foi de opinião de que a proposta de Carlos Costa faz sentido e deve ser apoiada.

Outro imposto, não

Mas houve outro tema – por acaso também na área fiscal – que teve a arte de voltar a juntar a generalidade dos intervenientes acantonados no Palácio da Bolsa em seu torno: o propagandeado mas nunca criado imposto sobre transacções financeiras. Laginha de Sousa tomou a iniciativa de colocar a questão na ordem do dia do Fórum de Bolsa: “Onerar ainda mais um mercado que é transparente e fundamental para a economia

João Moreira Rato, presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público, revelou que o Estado se prepara para emitir novos títulos da dívida pública entre o final do ano e o primeiro semestre de 2013.

Sem entrar em detalhes sobre o perfil das novas emissões, Moreira Rato afirmou que o IGCP pretende assumir um carácter inovador no que diz respeito aos instrumentos da dívida pública.

só pode dar maus resultados”, disse.

Estava lançado o mote, ainda na quinta-feira passada, e o Palácio da Bolsa lançou-se no seu encaicho: não houve praticamente nenhum interveniente nos diversos debates que tiveram lugar durante os dois dias e meio do Fórum que não se pronunciasse sobre a matéria. E a mensagem não podia ser mais clara: um imposto sobre transacções financeiras, não. Porque é contraproducente; porque ‘mata’ um mercado de capitais que já está suficientemente ferido pela conjuntura adversa; porque é ‘diabolizar’ um sistema que é transparente e pode ajudar a economia e as empresas a crescerem.

Ou, como sintetizaria Abel Sequeira Ferreira, director executivo da Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado (AEM): “O pacote fiscal para o mercado de capitais só existirá porque os políticos de forma generalizada deixam-se ir atrás de uma coisa que parece bondosa” mas só tem efeitos contrários Aqueles que pretende atingir.

Indiferentes a todas estas vontades que se levantavam a uma só voz dentro das quatro paredes do Salão Árabe, Pierre Moscovici e Wolfgang Schaeuble acham que o imposto sobre transacções financeiras faz todo o sentido. Para azar dos convidados da Euronext Lisbon, Pierre Moscovici e Wolfgang Schaeuble são respectivamente o ministro das Finanças francês e o ministro das Finanças alemão. Que, na passada sexta-feira, fizeram chegar a Bruxelas uma carta conjunta onde defendiam a rápida introdução de um imposto sobre transacções financeiras na União Europeia. E, dizia a carta, uma vez que não é possível um acordo a 27 sobre a matéria, então o imposto deverá ser introduzido através do chamado mecanismo de cooperação reforçada, que exige a participação de um mínimo de nove Estados membros.

Fica para já sem se saber a quem, nesta matéria, correu melhor o fim-de-semana: se para os que não querem ou se para os que querem a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras. Mas, como dizia alguém antecipando cenários: “Se for para criar mais um imposto sobre o mercado de capitais, ao menos que seja em toda a Europa e não apenas em Portugal”. A ver vamos. ■

Bolsa

mercado de capitais em Portugal.

vos para investidores interessados em investir no mercado, sobretudo em PME. Por fim, sugere que a ‘performance’ do mercado de capitais seja alvo de avaliações regulares e periódicas, com “base em critérios objectivos”, como “o respectivo contributo para a promoção do crescimento das empresas através da captação de investimento” ou “a capacidade para servir as necessidades de financiamento da economia nacional”, entre outras.

Abel Sequeira Ferreira acredita que as propostas vão ser levadas em consideração pelas entidades competentes e garante que a AEM continuará a trabalhar para melhorar o funcionamento do mercado, com propostas devidamente fundamentadas. “Não podemos estar permanentemente a apresentar premissas e conclusões sem explicar como os resultados podem aparecer”, conclui o responsável. ■

OUTRAS PROPOSTAS

● A AEM propõe também que a governação da bolsa tenha a participação de investidores e emittentes.

● A instituição avisa ainda que deveriam ser criados mecanismos que incentivem a liquidez dos títulos, através, por exemplo, de uma redução dos custos cobrados pelas bolsas e intermediários financeiros nas transacções.

● Uma outra sugestão passa pela criação de fundos de investimento específicos para ajudar à recuperação da confiança é outra das propostas da AEM.

